PCPR prende 12 em ação contra grupo que movimentou R$ 500 milhões com falsos consórcios

13/08/2025
Segurança Pública

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) prendeu 12 pessoas durante uma operação deflagrada em nove estados brasileiros na manhã desta quarta-feira (13). Elas são suspeitas de integrar um grupo que aplicava o golpe do falso consórcio contra vítimas em diversas cidades do país e de ter movimentado cerca de R$ 500 milhões em transações suspeitas.

Os mandados judiciais foram cumpridos nas cidades de Manaus (AM), Belém, Santarém e Ananindeua (PA), Maceió e Marechal Deodoro (AL), Itabaiana, Lagarto e Aracaju (SE), Salvador (BA), Fortaleza e Eusébio (CE), Belo Horizonte (MG), São Paulo, Diadema e Campinas (SP) e Florianópolis (SC). A PCPR contou com o apoio das policiais civis daqueles estados.

Entre os presos, estão um homem e uma mulher apontados como líderes do esquema. Eles foram capturados na cidade cearense de Eusébio, localizada na Região Metropolitana da capital Fortaleza.

Além dos mandados de prisão, foram cumpridas 33 ordens de busca. Nos endereços-alvo, os policiais apreenderam diversos celulares e documentos, que serão analisados na continuidade das investigações, e R$ 60 mil em espécie. A operação, que está em sua terceira fase, visou desarticular o braço financeiro do esquema criminoso.

- **PCPR prende mulher por estelionato e fecha ótica e agência financeira em Curitiba**

A ação é um desdobramento de uma investigação iniciada em janeiro de 2023. Na ocasião, em Curitiba, quatro pessoas foram presas em flagrante e outras 15 foram conduzidas à unidade policial para prestar esclarecimentos. Elas eram suspeitas de participação em um esquema que ofertava a venda facilitada de imóveis e veículos em redes sociais.

Neste esquema, as vítimas eram atraídas por meio de anúncios falsos de imóveis

postados em redes sociais ou por meio de call centers clandestinos. “As vítimas, acreditando que conseguiriam adquirir a casa própria, iam até os escritórios indicados pelos golpistas e pagavam valores solicitados, mas nunca recebiam o bem esperado”, explica o delegado Tiago Baltazar Dantas, que conduz o inquérito.

“Em algumas situações, a assinatura e os repasses eram intermediados por funcionários treinados que atuavam sob rigorosa orientação, com metas de captação de novos clientes e comissionamentos que giravam em torno de 1% dos valores das operações”, explica.

A investigação da PCPR apurou que a atuação do grupo se dava por, pelo menos, cinco empresas de fachada, sistemas digitais e grupos de mensagens, se estendendo a diversos estados da Federação, com ramificações confirmadas no Paraná, Amazonas, Ceará, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Após um período, o escritório encerrava as atividades no local, deixando as vítimas sem contato, dinheiro ou bens prometidos.

- **Roubos de celulares caem mais de 16% no Paraná no primeiro semestre de 2025**

Em março de 2024, a PCPR deflagrou a segunda fase da operação nos estados do Amazonas e Tocantins. Na ocasião, cinco pessoas foram presas e celulares, computador e documentos foram apreendidos, permitindo a identificação de um homem e uma mulher, que são os líderes da organização criminosa.

Com a operação desta quarta-feira, a PCPR soma 21 prisões referentes ao caso.